



1 **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO**  
2 **DISTRITO FEDERAL - CRP-01, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2015, NA SEDE DO**  
3 **CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA.** Às dezenove horas foi feita a primeira chamada com  
4 a presença de 11 psicólogas(os). As dezenove horas e trinta minutos foi feita a segunda  
5 chamada e verificou-se a presença de 21 psicólogas(os). **Reuniram-se às dezenove horas e**  
6 **quarenta e cinco minutos para a Assembleia Geral Ordinária no dia quatorze de outubro**  
7 **de dois mil e quinze, sob a presidência da Conselheira Cynthia Rejanne Corrêa Araújo**  
8 **Ciarallo, a Conselheira Tesoureira, Daniela Gonçalves de Macedo Santos, as(os) Assessores**  
9 **Contábeis do CRP-01, Sr. Vilmar Augustos de Medeiros e Talita Mendonça Medeiros, o**  
10 **Assessor Jurídico, Fernando Augusto Miranda Nazaré OAB-DF 11485, a coordenadora do**  
11 **Setor Financeiro, Maria Sônia Carvalho Cunha e os psicólogos presentes que assinaram o**  
12 **livro próprio de presença das Assembleias Gerais .** A abertura foi realizada pela Conselheira  
13 Presidente, Cynthia Ciarallo, que cumprimentou os presentes dando-lhes as boas vindas.  
14 Prestou esclarecimentos sobre os profissionais que estão aptos a votar, citou o Art. 22 da  
15 LEI nº 5.766 de 20-12-1971 que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de  
16 Psicologia: *Constituem a Assembléia Geral de cada Conselho Regional os Psicólogos nele*  
17 *inscritos, em pleno gozo de seus direitos e que tenha na respectiva jurisdição, a sede*  
18 *principal de sua atividade profissional.* Nesse contexto, o psicólogo deve estar em dia com  
19 suas obrigações financeiras para ter assegurado o seu direito ao voto. Leu-se a proposta de  
20 Pauta: a) Prestação de Contas da gestão do XIV Plenário do CRP DF (outubro/2014 a  
21 setembro/2015), que encontra-se; b) Discussão e aprovação da anuidade do exercício de  
22 2016, bem como taxas e multas por infrações disciplinares; c) Plano de Ação/Diretrizes  
23 Políticas e Orçamento para o exercício de 2016; d) Assuntos diversos. O psicólogo Leovane  
24 Gregório sugeriu a apresentação do item "C", e depois o item "B", a sugestão foi aprovada  
25 por todos os presentes. **1. Ações da gestão do XIV Plenário do CRP/DF.** A conselheira  
26 Cynthia Ciarallo apresentou as ações realizadas pelo XIV Plenário do ano de 2013 até  
27 setembro de 2015. **I - Aproximação com a categoria:** a) Projeto "Diálogos Psi em Foco" que  
28 envolve as diversas áreas de atuação do Psicólogo (Trabalho, Assistência Social, Política para  
29 Mulheres, Sistema Prisional, Educação, Socioeducação e Saúde); Rodas de Conversa sobre  
30 Rede de Atenção a Pessoa Intersexo, Avaliação Psicológica, Racismo, Cuidados Paliativos e,  
31 Saúde Mental e Interdição. b) Posicionamentos públicos das questões que envolvem a





32 categoria e a sociedade através de Notas (sociais, técnicas, de repúdio e esclarecimentos),  
33 Manifestos, Carta Aberta e apoio ao Sindicato para melhoria das condições de trabalho dos  
34 profissionais; c) Mudança da identidade gráfica, melhoria e ampliação dos canais de  
35 comunicação: Lançamento do novo site, da Revista e Jornal, e aumento do contato com a  
36 categoria através das Redes sociais. **II - Diálogos com a formação profissional através da**  
37 **participação em eventos e promoção de espaços de diálogo com especialistas e**  
38 **instituições formadoras. III -Fortalecimento das relações institucionais e com movimentos**  
39 **sociais:** Visitas institucionais, articulação com movimentos sociais e conquista de cadeiras  
40 em importantes Conselhos de direitos. **IV - Qualificação da oferta de serviços psicológicos**  
41 **através da orientação, fiscalização e atenção às condições do exercício profissional:**  
42 Diálogo com gestores sobre a oferta de serviços no sistema penitenciário; Obrigatoriedade  
43 do registro de Clínicas credenciadas pelo Detran; Contra a hierarquização das profissões de  
44 saúde; Busca por instrumentos de melhorias da capacitação profissional; Articulação com  
45 sindicatos, parlamentares e governo em apoio à redução da carga horária dos profissionais  
46 de Psicologia e; Luta pela garantia de espaço da Psicologia nos serviços públicos. **2.**  
47 **Prestação de contas da gestão do XIV Plenário do CRP/DF. A conselheira Cynthia Ciarallo**  
48 apresentou a análise de conjuntura e explicação do cenário institucional. Expôs que ao  
49 tomar posse a atual gestão encontrou a ausência de processo licitatório para algumas  
50 compras efetuadas até setembro de 2013, processo judicial por assédio moral no trabalho,  
51 situação de irregularidades trabalhistas e saldo insuficiente para terminar o ano. Com isso, a  
52 primeira medida tomada foi à redução de gastos, observado que a dificuldade foi gerada  
53 com a utilização de superávit pela gestão anterior, para pagar despesas dos anos de 2012 e  
54 2013. Em 2014, avaliou-se a situação financeira do CRP e verificou-se que, quando a gestão  
55 anterior assumiu havia uma reserva de recurso, que foi utilizado nos 2 anos seguintes ( 2012  
56 e 2013) para cobrir despesa gerada além do valor arrecadado. Destacou, então, que a gestão  
57 anterior, por dois anos consecutivos, utilizou-se de superávit para cobrir despesas, gerando  
58 um total desequilíbrio nas contas da autarquia. Outra questão, que pode ser entendida  
59 como a que gerou o maior impacto na despesa, foi à realização do Concurso Público em  
60 2012, pela gestão anterior, sem planejamento orçamentário, com criação de cargos  
61 inexistentes no Conselho, valor dos salários e carga horária - incompatíveis com o Plano de  
62 Cargos e Salários – PCS. A gestão anterior nomeou 10 funcionários para funções no CRP,





63 quase o dobro do já existente. A totalidade desse cenário administrativo-financeiro gerou  
64 um problema estrutural no Conselho Regional de Psicologia do DF. Assim que a atual gestão  
65 assumiu, em setembro de 2013, uma comissão de funcionários procurou a Diretoria atual  
66 para tratar da diferença, da jornada de trabalho e dos salários, entre o Edital do Concurso e  
67 o Plano de Cargos e Salários, o que foi confirmado, não apenas a jornada, mas salários  
68 diferentes quando comparado o Edital do Concurso ao 1º nível do PCS. A partir do princípio  
69 das garantias legais dos trabalhadores e a fim de evitar futuros processos trabalhistas essa  
70 gestão estabeleceu a Jornada de trabalho para todos os funcionários conforme prevista no  
71 PCS e realizou a respectiva equalização salarial. Diante dessa situação e com a necessidade  
72 do corte de despesas, a gestão atual realizou eventos de baixo custo no auditório do CRP-DF,  
73 e o deslocamento e hospedagem em eventos externos passaram a ser custeados pela  
74 própria Plenária. Ano passado o XIV plenário decidiu passar a ajuda de custo de R\$125,00  
75 (cento e vinte e cinco reais) para R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) e apenas para reuniões  
76 plenárias ordinárias e extraordinárias, os colaboradores já não estavam recebendo ajudas de  
77 custo, e os gastos com deslocamento de táxi passariam a ser controlados. Foram apenas  
78 duas situações, no início dessa gestão, que Conselheiros receberam ajuda com  
79 deslocamento para representação em evento externo. O contador Vilmar Medeiros foi  
80 apresentado para todos os presentes e passou a esclarecer o cenário financeiro a partir de  
81 dados técnicos. O contador apresentou a **Tabela 1 - Demonstrativo da Situação**  
82 **Orçamentária e Financeira dos Exercícios de 2012 a 2015 com a Proposta orçamentária,**  
83 **Receita Arrecadada, Despesa Realizada, Déficit e/ou Superávit dos respectivos anos.**  
84 (Anexo/ Fonte: Ata Contabilidade). Destacou que devido ao uso de superávit pela gestão  
85 anterior (nos anos de 2012 e 2013), o CRP-01 precisou recorrer ao empréstimo do Conselho  
86 Federal de Psicologia no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) para pagamento  
87 das despesas do ano de 2014, débito este já quitado pela atual gestão ainda no primeiro  
88 semestre do corrente ano. Apresentou a **Tabela 2 - Quadro comparativo da Situação**  
89 **Financeira de 2012 até agosto de 2015** (Anexo/ Fonte: Ata Contabilidade), a **Tabela 3 com o**  
90 **Comparativo da Receita Arrecada de 2012 com a previsão de 2015, incluindo o déficit**  
91 **financeiro de 2014 e o empréstimo solicitado ao Conselho Federal de Psicologia-CFP**  
92 (Anexo/Fonte: Ata Contabilidade) em seguida, esclareceu a **Tabela 4 - Demonstrativo do**  
93 **aumento/redução das principais despesas 2012-2015** (Anexo/ Fonte: Ata Contabilidade). O





94 Contador expôs que o maior problema dos Conselhos Profissionais tem sido o custo de  
95 pessoal. Foi solicitado esclarecimentos com relação ao aumento de R\$ 500 mil reais no ano  
96 de 2013 com despesa de pessoal, e sobre a equiparação salarial. A conselheira-presidente  
97 orientou que se finalizasse a apresentação técnica realizada pelo Contador e depois fossem  
98 apresentadas as questões. **Apresentou-se a Tabela 5 - Comparativo da situação**  
99 **orçamentária dos exercícios 2013/14/2015** (Anexo/Fonte: Ata Contabilidade). A exposição  
100 do Contador foi finalizada. A psicóloga Lislly Telles solicitou esclarecimentos sobre o que  
101 será feito por essa Diretoria, para que a gestão anterior seja penalizada, tendo em vista o  
102 cenário financeiro encontrado em 2013. **c) Plano de Ação/Diretrizes Políticas e Orçamento**  
103 **para o exercício de 2016.** A conselheira Cynthia Ciarallo esclareceu que já foram tomadas  
104 algumas medidas como, a redução de despesas e a redução dos cargos comissionados,  
105 porém mesmo com o Concurso Público finalizado em 2014, foi nomeado um funcionário que  
106 assumiu por medida de segurança, e uma funcionária, que havia sido demitida na gestão  
107 anterior, retornou devido a processo trabalhista. Informou que a atual gestão não tem o  
108 interesse em demitir funcionários, tem clareza que o problema é estrutural e por isso tem  
109 acionado o Sistema Conselhos, a expectativa é a de que o Conselho Federal de Psicologia-  
110 CFP venha contribuir como fez no ano passado. Quanto à responsabilização da gestão  
111 anterior, esclareceu que já foram encaminhadas duas representações contra a ordenadora  
112 de despesa à época da realização do concurso e que o Tribunal de Contas da União autorizou  
113 e recomendou a instauração de sindicância para apuração das responsabilidades dos  
114 prejuízos advindos do concurso realizado. A psicóloga Lislly questionou se já existem outras  
115 opções para contornar o problema, a exemplo de uma conversa com o Sindicato. A  
116 conselheira Cynthia esclareceu que há uma proposta de Programa de Demissão Voluntária-  
117 PDV, que ainda não foi apresentado para os funcionários pois está em discussão no Sistema  
118 Conselhos, e sendo avaliado pelo CFP, acredita-se que será possível encontrar opções com a  
119 parceria do Sistema. A conselheira-secretária, Ingrid Quintão, complementou que outra  
120 medida adota foi à intensificação da política de arrecadação, que tem gerado o aumento da  
121 receita. A conselheira vice-presidente, Sueli Vieira, expôs que desde o início de 2014 a  
122 categoria tem sido informada sobre o cenário financeiro do CRP-01, e por princípio ético  
123 essa gestão adotou o cuidado em não expor a gestão anterior, por ainda apurar as  
124 irregularidades quando assumiu e também para preservar a própria autarquia, todavia, com





125 o quadro se agravando, tornou-se inevitável não expor à categoria o cenário herdado pela  
126 atual gestão. A psicóloga Wanessa Martins contestou a realização da equalização salarial e  
127 solicitou a informação sobre o valor do salário antes e depois desta. O advogado do CRP-01,  
128 Fernando Nazaré, passou a prestar esclarecimentos sobre o cenário administrativo-  
129 financeiro encontrado pela atual gestão. Explicou sobre a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro  
130 de 1971 que Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, e esclareceu  
131 sobre o funcionamento de autarquia pública que tem o Conselho Regional de Psicologia.  
132 Reforçou que não havia processo licitatório para aquisição de materiais de expediente e  
133 pesquisa de preço desde a telefonia até o uso de táxi. O processo de realização do Concurso  
134 Público não passou pelo corpo técnico, assessoria jurídica ou assessoria contábil, foi um  
135 processo sem formalidade mínima legal, o Concurso previa cargos de ensino médio e  
136 superior, com uma diferença de 60% a menos do salário com relação ao Plano de Cargos e  
137 Salários-PCS. O Dr. Fernando foi interrompido e questionado do porquê não houve o  
138 cancelamento do concurso. A esse respeito, o advogado destacou há jurisprudência com  
139 relação ao assunto do Superior Tribunal de Justiça sobre anulação de concurso público,  
140 danos sociais maiores que a observância da legalidade estrita, preservação do certame e  
141 princípio da segurança jurídica, o que conclui que o servidor não pode ser penalizado. A  
142 partir desse entendimento, foi protocolada uma Representação no Tribunal de Contas da  
143 União-TCU sobre a ausência de processos licitatórios e de procedimentos legais para a  
144 realização do Concurso Público. Reiterou que o TCU já solicitou a instauração dos  
145 procedimentos legais cabíveis, para que os responsáveis por tais irregularidades sejam  
146 efetivamente punidos. A conselheira Cynthia também destaca que havia funcionários já  
147 nomeados há quase um ano, inviabilizando pelos mesmos argumentos sua nulidade, uma  
148 vez que o concurso não apresentara fraude em sua condução, mas um erro da gestão  
149 anterior na avaliação do seu impacto no orçamento e as incompatibilidades com o PCS do  
150 CRP/DF. Pontuou que os enfrentamentos foram colocados por essa gestão, porém esta não  
151 pode ser responsabilizada pelos danos herdados, embora muitas medidas tenham sido  
152 adotadas por esta gestão para sanear a autarquia e apenas por isso, as ações de orientação  
153 e fiscalização não foram prejudicadas. Além disso, explanou que a atual gestão já foi  
154 acionada diversas vezes a prestar esclarecimentos ao Ministério Público sobre o concurso  
155 público, e por determinação judicial teve que nomear concursado após o encerramento do





156 Concurso. Reforçou que essas informações não são novas – vem sendo informadas ao longo  
157 dos dois anos de gestão, inclusive na Assembleia Geral de 2014, bem como nas Assembleias  
158 das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) desde que assumiram a gestão do  
159 CRP/DF. Na APAF de dezembro de 2013, primeira assembleia após as eleições, foi  
160 sinalizado o cenário temerário. Com a Assembleia Geral de 2014, acreditou-se que o  
161 aumento da anuidade em 2015 poderia solucionar o cenário financeiro encontrado. Todavia,  
162 houve a nomeação do funcionário (conforme decisão judicial), pagamento de empréstimo e  
163 de causa trabalhista de um jornalista que tinha jornada de 8h, sendo que a CLT  
164 (Consolidação das Leis do Trabalho) prevê que não deverá exceder 5 horas dentre outras  
165 despesas não previstas dado o caráter eventual de suas ocorrências. Assim, todos foram  
166 informados desde os profissionais, Sistema Conselhos e órgãos fiscalizadores. Essa Diretoria  
167 se responsabiliza pelas decisões saneadoras que estão sendo tomadas. O psicólogo Ivo Oscar  
168 solicitou esclarecimentos acerca do que estaria faltando para essa gestão tomar as medidas  
169 solicitadas pelo TCU. A conselheira Cynthia informou que ainda essa semana seria instaurada  
170 um processo de inquérito administrativo para apuração de possíveis irregularidades  
171 praticadas, com apuração da origem e responsabilização dos gestores que fizeram uso de  
172 recurso indevido sem planejamento orçamentário, conforme autorização do TCU, que  
173 colocou o prazo de 180 dias desde a intimação desta autarquia para conclusão dos  
174 trabalhos. O psicólogo Leovane fez algumas ponderações sobre a situação: colocou a  
175 possibilidade de insolvência deste Conselho Regional; o descumprimento a Lei de  
176 Responsabilidade Fiscal- LRF quando observada a folha de pagamento; o entendimento que  
177 é insuficiente processar a gestão anterior; não acha viável outros Conselhos Regionais  
178 realizarem empréstimo, e nem que este irá resolver o problema, e questionou quais ações  
179 completas para reerguer o CRP-01 a Diretoria tem pensado e, como irá responder a LRF. O  
180 Dr. Fernando Nazaré esclareceu no que se refere à aplicação da Lei de Responsabilidade  
181 Fiscal- LRF, cumpre destacar *que os Conselhos de profissão regulamentada possuem*  
182 *natureza jurídica de direito público, já que suas leis de criação lhes outorgam a condição de*  
183 *autarquia federal. Ocorre que estas autarquias corporativas se diferenciam das autarquias*  
184 *integrantes da administração pública federal por não receberem repasses do orçamento*  
185 *federal, já que sobrevivem às custas de anuidades pagas pelos profissionais, e não*  
186 *integrarem a estrutura da administração pública.* Informou que a gestão está atenta a LRF e





187 tem realizado conversas com Contadores, Auditores e com o TCU. A conselheira Cynthia  
188 pontuou as ações que tem sido tomadas pela Diretoria para reerguer o Conselho: 1º a  
189 apresentação do Programa de Demissão Voluntária- PDV; 2º sendo observado o Art. 1º da  
190 Lei 5. 766: *Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados*  
191 *de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira,*  
192 *constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o*  
193 *exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e*  
194 *disciplina da classe,* há possibilidade de outro CR que trabalha com Superávit ou tem  
195 investimento financeiro vir a contribuir com o equilíbrio do CRP-01 já que funcionam dentro  
196 de um Sistema. A psicóloga Lisly relatou entender que o CRP-DF está contando com o  
197 Sistema Conselhos para garantir a não insolvência e, deveria pensar principalmente no não  
198 aumento da anuidade, já que entre os Conselhos Profissionais é um dos que opera com  
199 maior anuidade. O psicólogo Ivo expôs que ao assumir o cargo de conselheiro-tesoureiro na  
200 gestão da psicóloga Maria Leonor, encontraram uma situação muito parecida com a qual o  
201 CRP passa atualmente, e optaram por não solicitar empréstimo para o CFP, ao final da  
202 gestão as ações foram aprimoradas e encontrado o equilíbrio financeiro, pontuou que na  
203 gestão da psicóloga Mariza Borges foi criado o Plano de Cargos e Salários-PCS aprovada por  
204 uma questão lógica de escalonamento da carreira e promoção de salários dignos, e sinalizou  
205 que era importante ser dito que a gestão anterior (2010-2013), presidida pela psicóloga  
206 Carla Manzi, foi um desastre para o Conselho, apesar de eleita democraticamente sua má  
207 gestão destruiu tudo que foi construído por outros gestores que lhe antecederam, dessa  
208 forma entende que a responsabilidade desse cenário não é da atual gestão. O psicólogo  
209 Cícero Nunes perguntou quais foram às medidas discutidas junto ao Sistema Conselhos e se  
210 o grupo já sinalizou a possibilidade de empréstimo. A **conselheira Cynthia** concordou que  
211 realmente a situação de empréstimo não é uma situação que satisfaz a atual gestão.  
212 Respondeu que dentro do Sistema foi discutido o empréstimo a longo prazo para que se  
213 possa efetivar o Programa de Demissão Voluntária-PDV, e esclareceu que o movimento de  
214 solicitar recursos não é para sanar a lacuna financeira imediata apenas. Sobre a questão da  
215 insolvência ressaltou que a APAF delibera sobre essa questão, inclusive foi constituído um  
216 GT de Assuntos Financeiros da APAF que assumiu a responsabilidade de encontrar  
217 alternativas para o CRP-01 juntamente com o Conselho Federal de Psicologia, sendo assim as





218 decisões tomadas são discutidas e maturadas junto ao Sistema Conselhos. Informou ainda,  
219 que, atipicamente, foram realizadas 3 auditorias este ano no CRP-01 pelo Conselho Federal  
220 de Psicologia: a auditoria do exercício de 2014, auditoria do Concurso Público e auditoria do  
221 exercício de 2015, meses de janeiro a agosto, não havendo indício de fraudes, usuparacao  
222 de recursos ou abusos de despesas. Tais relatórios apontaram para uma redução drástica de  
223 despesas, comparadas aos anos que antecederam a atual gestão do CRP/DF. Quanto à LRF,  
224 a conselheira esclareceu que a responsabilização imediata é da presidente e da tesoureira  
225 que responde com seu patrimônio pessoal. A psicóloga Daniela Garcia pontuou que o  
226 problema é uma questão de gestão de pessoas, muitas não deveriam ter assumido os cargos  
227 mas que se já ocuparam deveriam sair a longo prazo, com isso a gestão deveria avaliar a  
228 possibilidade de mobilidade dos funcionários, da implantação do PDV, da redução salarial e  
229 da carga horária, e pontuou a importância de conversar com os funcionários para avaliar o  
230 contexto e pensar alternativas criativas para tal, visto que o CRP-01 está operando com  
231 excedente de corpo técnico ocioso. Questionou se a gestão já se reuniu com funcionários e o  
232 que estes pensam para ajudar o Conselho. O Dr. Fernando respondeu que a questão da  
233 mobilidade foi apresentada em APAF, porém houve resistência com relação a PCS diferentes  
234 e orçamento sem previsão, sinalizou que essa discussão pode ser encontrada na ata da  
235 APAF de maio de 2015, além disso, já foi realizada a redução da jornada trabalho. A  
236 conselheira Cynthia ponderou que os funcionários do CRP-01 não estão ociosos pois, como  
237 já apresentado no início da Assembleia, a gestão realizou ações, de forma criativa,  
238 principalmente no auditório da própria sede. Expôs que a decisão política da Diretoria é a de  
239 não realizar demissões para não onerar as pessoas. A psicóloga Esther Dolores solicitou  
240 esclarecimentos sobre a venda das salas ociosas que já foi aprovada na Assembleia Geral de  
241 2014. A conselheira Cynthia informou que a venda das salas foi aprovada pela Assembleia  
242 geral, inclusive na APAF de dezembro de 2014, e que se encontra em avaliação já que a  
243 gestão não tem interesse de abrir mão do patrimônio. Todos os trâmites legais para a venda  
244 da sala foram observados. A **conselheira Sueli** ponderou que essa não é uma discussão que  
245 perpassa apenas o CRP-01, mas uma questão a ser refletida por todo o Sistema Conselhos  
246 de Psicologia, para chegar a uma solução que apare essa situação, e prevenir que não venha  
247 acontecer com outros Conselhos Regionais. **3. Discussão e aprovação da anuidade do**  
248 **exercício de 2016, bem como taxas e multas por infrações disciplinares: a conselheira**





249 **Cynthia** destacou que não cabe à categoria ser mais uma vez penalizada por equívocos da  
250 gestão anterior e apresentou 2 propostas: 1º cenário sem aumento, valor da anuidade R\$  
251 497,00 (mesmo valor de 2014) e, 2º cenário valor da anuidade R\$ 540,56, aumento de 9%,  
252 de acordo com o reajuste do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o que  
253 chegaria ao teto máximo estipulado na Resolução CFP nº 005 /15 que institui os valores das  
254 anuidades para o exercício de 2016. O contador Vilmar Medeiros esclareceu que mesmo  
255 com o aumento da anuidade no índice inflacionário de 9% o CRP não fechará o orçamento  
256 de 2016 se outras medidas não forem tomadas, como, por exemplo, a proposta de PDV que  
257 a atual gestão já apresentou ao Sistema Conselhos e se encontra aguardando deliberação. E  
258 apresentou a **Tabela 5 - Proposta Orçamentária de 2016 - com e sem o pagamento de**  
259 **Empréstimo, com e sem a Venda de sala, com e sem Reajuste das anuidades e com e sem**  
260 **o pagamento da Progressão salarial** (Anexo-Fonte: Ata Contabilidade). A psicóloga Lisly  
261 solicitou explicação com relação ao aumento de despesa apresentada pelo contador. A  
262 contadora Talita Mendonça esclareceu que o aumento de despesa apresentada diz respeito  
263 ao aumento de despesas correntes que devem ser previstas (despesas do dia a dia, a  
264 exemplo de água, luz, condomínio, etc.). A conselheira Cynthia informou que a política de  
265 arrecadação tem tido sucesso, superando as expectativas de receitas mensais. Informou que  
266 no mês corrente, por exemplo, a arrecadação superou o que havia sido previsto. Logo em  
267 seguida deu como aberta a votação da proposta 1 de R\$ 497,00 (quatrocentos e noventa e  
268 sete reais) e da proposta 2 de R\$ 540,56 (quinhentos e quarenta reais e cinqüenta e seis  
269 centavos) da anuidade do exercício de 2016. A proposta 1 sem aumento, valor da anuidade  
270 R\$ 497,00 (mesmo valor de 2014) foi aprovada com 19 votos favoráveis, 1 favorável a  
271 proposta-2 e 1 abstenção juntamente com a manutenção do valor as taxas de Registros de  
272 Pessoa Física e Pessoa Jurídica, Certificado, Carteira e penalidades de processo disciplinar  
273 ordinários, e do valor da anuidade de pessoa jurídica fixado pelo valor do capital social,  
274 determinado pela Resolução CFP nº 005 /15 que Institui os valores das anuidades para o  
275 exercício de 2016. A conselheira Cynthia apresentou a criação de novas taxas: 1º Troca de  
276 Responsável Técnico em Certificação de Pessoa Jurídica no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) e  
277 Renovação de Certificação de Pessoa Jurídica no valor de R\$ 153,95 (cento e cinquenta e  
278 três reais e noventa e cinco centavos) - aprovado com 18 votos favoráveis, 2 contrários e 1  
279 abstenção. O orçamento para o exercício de 2015 foi aprovado no valor de R\$ 4.996.000,00





280 (quatro milhões, novecentos e noventa e seis mil reais). Tendo sido deliberados todos os  
281 pontos da pauta, a conselheira Cynthia encerrou a assembleia, às 21h50. Nada mais tendo a  
282 registrar, eu, Fernanda Britto Pinheiro Cerqueira, Secretária *Ad Hoc*, transcrevi a presente  
283 Ata.

Cynthia Rejanne Corrêa Araújo Ciarallo	
Daniela Gonçalves de Macedo Santos	
Maria Sônia Carvalho Cunha	
Talita Mendonça Medeiros	





## ANEXO

### TABELA 1

#### Demonstrativo da Situação Orçamentária e Financeira Exercícios de 2012 a 2015

Exercício	Proposta Orçamentária	Situação Orçamentária				
		Receita Arrecadada	% sobre a PO	Despesa Realizada	% sobre a PO	Déficit e ou Superávit
2012	3.014.906,00	2.677.691,99	<b>88,82%</b>	3.365.148,37	<b>111,62%</b>	<b>- 687.456,38</b>
2013	3.723.429,00	3.073.501,80	<b>82,54%</b>	3.471.691,88	<b>93,24%</b>	<b>- 398.190,08</b>
2014	4.068.782,00	3.051.614,06	<b>75,00%</b>	3.531.704,55	<b>86,80%</b>	<b>- 480.090,49</b>
<b>até ago/15</b>	<b>4.996.346,00</b>	<b>3.284.935,76</b>	<b>65,75%</b>	<b>2.760.258,13</b>	<b>55,25%</b>	<b>524.677,63</b>

### TABELA 2

Exercício	Situação Financeira			
	Saldo Disponível	(-) Contas a Pagar	Resultado Apurado	Superávit e ou Déficit
2012	763.678,79	100.167,32	663.511,47	Superávit
2013	297.230,46	184.789,69	112.440,77	Superávit
2014	69.210,61	440.458,14	371.247,53	Déficit
<b>até ago/15</b>	<b>332.372,97</b>	<b>354.218,65</b>	<b>21.845,68</b>	<b>Déficit</b>

**Observação:**

Está incluso no Déficit Financeiro de 2014 o empréstimo do CFP pelo valor de R\$ 190.000,00

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*





**Tabela 3**

**Comportamento da Receita Arrecadada 2012 a 2015**

Exercício	Receita Arrecadada	Comparativo	%
2012	2.677.691,99		
2013	3.073.501,80	395.809,81	14,78%
2014	3.051.614,06	- 21.887,74	-0,71%
Previsão 2015	3.684.000,00	632.385,94	20,72%

**Tabela 4**

**Demonstrativo do aumento/redução das principais despesas - 2012/2015**

Discriminação da Despesa	Exercício								
	2012	2013	Diferença 2013/2012	% 2013/2012	2014	% 2014/2013	Diferença	Acumulado 2014/2012	% 2014/2012
PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS	1.266.048,62	1.799.750,09	533.701,47	42,15%	2.263.402,41	463.652,32	25,76%	997.353,79	<b>78,78%</b>
FESTIVIDADES	71.953,63	18.502,03	- 53.451,60	-74,29%	12.128,07	(6.373,96)	-34,45%	- 59.825,56	-83,14%
SERVIÇOS GRÁFICOS	45.613,80	33.900,00	- 11.713,80	-25,68%	6.600,00	(27.300,00)	-80,53%	- 39.013,80	-85,53%
DIÁRIAS/JETONS	73.410,26	77.464,55	4.054,29	5,52%	20.722,00	(56.742,55)	-73,25%	- 52.688,26	-71,77%
AJUDA DE CUSTOS	78.250,30	59.687,50	- 18.562,80	-23,72%	27.890,00	(31.797,50)	-53,27%	- 50.360,30	-64,36%
PASSAGENS	57.294,94	61.206,81	3.911,87	6,83%	16.554,02	(44.652,79)	-72,95%	- 40.740,92	-71,11%
SERVIÇOS BANCÁRIOS	42.893,16	45.956,68	3.063,52	7,14%	51.593,00	5.636,32	12,26%	8.699,84	20,28%
<b>Total</b>	<b>1.635.464,71</b>	<b>2.096.467,66</b>	<b>461.002,95</b>	<b>28,19%</b>	<b>2.398.889,50</b>	<b>302.421,84</b>	<b>14,43%</b>	<b>763.424,79</b>	<b>46,68%</b>

**Observações:**

- 1) Se fosse aplicado o reajuste para os empregados pelo INPC/IBGE sobre a folha de pagamento de salários do exercício de 2012, cujo percentual acumulado é de 12,11%, o aumento da despesa com pessoal ao final do exercício de 2014 seria de R\$ 135.318,48, sem a contratação/demissão de nenhum funcionário;
- 2) A diferença do aumento das despesa de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios entre o exercício de 2014 e 2012 seria de R\$ 844.035,31;
- 3) Só com a diferença de Pessoal entre 2012 e 2014 a situação do CRP DF seria Superavitária no exercício de 2015.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*





Tabela 5

QUADRO COMPARATIVO DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
EXERCÍCIOS 2013/14/2015

MÊS	SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECEITA					SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESPESA				
	Receita Arrecadada	Receita Arrecadada	Receita Arrecadada	Diferença Apurada	%	Despesa Realizada	Despesa Realizada	Despesa Realizada	Diferença Apurada	%
	2013	2014	2015	2015/14		2013	2014	2015	2015/14	
JAN	187.360,02	417.692,04	447.105,30	29.413,26	7,04%	195.649,42	284.072,34	341.632,75	57.560,41	20,26%
FEV	605.637,63	467.928,97	869.251,39	401.322,42	85,77%	324.288,74	345.239,42	502.352,19	157.112,77	45,51%
MAR	455.259,73	368.051,58	442.182,75	74.131,17	20,14%	355.544,48	304.685,81	397.245,74	92.559,93	30,38%
ABR	722.968,96	678.911,19	562.024,04	(116.887,15)	-17,22%	444.990,72	419.464,57	418.179,11	(1.285,46)	-0,31%
MAI	258.613,05	262.949,24	294.706,89	31.757,65	12,08%	346.375,63	305.413,82	353.530,42	48.116,60	15,75%
JUN	165.645,66	227.753,14	217.384,70	(10.368,44)	-4,55%	349.118,42	289.528,33	338.874,89	49.346,56	17,04%
JUL	148.718,24	139.705,39	239.928,94	100.223,55	71,74%	302.237,13	262.245,45	288.135,04	25.889,59	9,87%
AGO	177.526,92	88.532,04	193.985,14	105.453,10	119,11%	313.866,05	330.242,80	295.091,38	(35.151,42)	10,64%
SET	143.955,20	112.302,76	104.458,02	(7.844,74)	-6,99%	263.370,58	265.653,75	207.089,08	(58.564,67)	22,05%
OUT										
NOV										
DEZ										
<b>TOTAIS</b>	<b>2.865.685,41</b>	<b>2.763.826,35</b>	<b>3.371.027,17</b>	<b>607.200,82</b>	<b>21,97%</b>	<b>2.895.441,17</b>	<b>2.806.546,29</b>	<b>3.142.130,60</b>	<b>335.584,31</b>	<b>11,96%</b>
				<b>Despesa Corrente</b>		<b>2.736.840,17</b>	<b>2.795.672,33</b>	<b>2.967.347,21</b>	<b>171.674,88</b>	<b>6,14%</b>
				<b>Exercício</b>		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>		

grad

ED Curcio

Dr. JLN